

AGÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL  
COMISSÃO DE SELEÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA DA ANATER

## RETIFICAÇÃO

A Comissão de Seleção da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER, no uso de suas atribuições legais e conforme designação constante da Portaria nº 25/2026, torna pública a Retificação nº 01 do Edital de Chamada Pública nº 001/2026, nos termos a seguir expostos.

A presente retificação decorre da necessidade de correção de erro material e de aprimoramento da clareza do instrumento convocatório, a fim de alinhar o texto do edital ao cronograma efetivamente adotado e às demais disposições já aprovadas, assegurando a adequada condução das etapas da Chamada Pública, a qualidade técnica das análises, a isonomia entre os participantes e o interesse público.

a) No item 9.3, referente ao prazo para submissão da candidatura no SGA:

- Onde se lê:  
“9.3 O prazo para a submissão da candidatura no SGA se inicia às 00h01 do dia 04 de fevereiro de 2026 e se encerra às 23h59 do dia 20 de fevereiro de 2026”
- Leia-se:  
“9.3 O prazo para a submissão da candidatura no SGA se inicia às 00h01 do dia 07 de fevereiro de 2026 e se encerra às 23h59 do dia 02 de março de 2026”

b) No item 13.2.2, quanto ao recorte territorial da experiência em Ater:

- Onde se lê:  
“13.2.2 Até 5 (cinco) declarações que atestam o recebimento dos serviços de Ater na região do lote, que devem ser emitidas por entidades ou grupo formal ou informal, com ou sem Registro Jurídico de acordo com o Código de Processo Civil, com sede no território do lote, que representa diretamente os agricultores e agricultoras familiares e suas organizações com base na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (modelo no Anexo 7).”
- Leia-se:  
“13.2.2 Até 5 (cinco) declarações que atestam o recebimento dos serviços de Ater na região da Amazônia Legal, que devem ser emitidas por entidades ou grupo formal ou informal, com ou sem Registro Jurídico de acordo com o Código de Processo Civil, com sede na Amazônia Legal, que representa diretamente os agricultores e agricultoras familiares e suas organizações com base na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (modelo no Anexo 7).”

c) No Anexo 8 – Critérios para Análise da 2ª Etapa, variável 3.3:

- Onde se lê:  
“3.3 Cita e descreve plenamente a utilização dos sistemas e plataformas oficiais de regularização fundiária. (0-5 pts)”
- Leia-se:

“3.3 Cita e descreve plenamente a utilização dos sistemas e plataformas oficiais de regularização ambiental. (0-5 pts)”

d) No Anexo 4 – Descrição das Atividades, Quadro 05 – Mutirão sobre serviços do GOV.BR, quanto à caracterização da atividade:

- Onde tem: texto indevido, repetindo a descrição de “Visita de cadastro e diagnóstico da UFPA”.
- Passa a ser: descrição correta da atividade “Mutirão sobre serviços do GOV.BR”, com natureza “Presencial/Coletiva”, indicadores, descrição, carga horária e meios de verificação conforme o despacho da DITEC.

| ATIVIDADE   | Mutirão sobre serviços do GOV.BR   |
|-------------|--|
| NATUREZA    | Presencial / Coletiva  |
| INDICADORES | 1.3.1 - Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto - produção sustentável (nº de mulheres)<br><br>1.3.2 - Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto - produção sustentável (nº de indivíduos)<br><br>2.2.5 - Eventos integradores para monitoramento, controle e regularização ambiental - seminários / oficinas (nº de eventos) |
| DESCRIÇÃO   |  |

A atividade deve promover o atendimento aos integrantes dos grupos familiares interessados na criação e/ou recuperação de contas, na atualização de senhas na plataforma GOV.BR, bem como prestar orientações sobre os serviços que podem ser acessados, tanto para uso pessoal quanto vinculados à UFPA.

Sempre que possível, a atividade deve envolver outros órgãos públicos que prestam serviços através do GOV.BR, ampliando o conhecimento e o acesso dos grupos familiares aos serviços públicos disponíveis na plataforma.

Recomenda-se o convite e a participação das Secretarias Municipais de Serviço Social ou de Assistência Social (ou equivalentes), detentoras de senha padrão (balcão), para apoiar o acesso e a atualização das contas.

As contas GOV.BR atualizadas deverão integrar as atividades e rotas a serem desenvolvidas, permitindo aos usuários acompanhar os processos e o acesso às políticas públicas previstas para cada UFPA.

A atividade deve ser realizada em local de fácil acesso à maioria dos interessados, garantindo condições adequadas de logística, infraestrutura e conexão de internet estável para o atendimento das demandas.

Está previsto o atendimento de 100 a 150 pessoas por mutirão, com a atuação de, no mínimo, quatro profissionais, além da garantia de monitoria infantil.

Outros serviços ou apoios poderão ser integrados a essas atividades, sendo permitidas parcerias com órgãos e entidades locais para a ampliação dos atendimentos aos interessados.

#### **CARGA HORÁRIA 12h**

|                         |   |
|-------------------------|---|
| Execução <i>in loco</i> | Planejamento, organização da atividade, deslocamento, realização em campo, tempo de escritório e prestação de contas. |
| 8h                      | 4h  |

#### **MEIOS DE VERIFICAÇÃO**

Postagem no SGA do (a) Relatório de Atividade Coletiva contendo (b) com no mínimo (b) 3 fotos devidamente identificadas com legenda explicando a relação da foto com a atividade e (c) lista de presença, reunidos em um único documento em formato PDF.

Inserção dos dados no SGA e/ou outro sistema que a ANATER indicar.

**Yara Regia Vieira de Oliveira**  
Presidente da Comissão de seleção

**Márcio Fontes Hirata**  
Membro da Comissão de seleção

**Francisco de Oliveira Mariano**  
Suplente da Comissão de seleção



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Fontes Hirata, Membro**, em 06/02/2026, às 10:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yara Régia Vieira de Oliveira, Presidente da Comissão de Seleção**, em 06/02/2026, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco de Oliveira Mariano, Membro Suplente**, em 06/02/2026, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: [https://sei.agro.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **50247404** e o código CRC **D779156A**.

**Referência:** Processo nº 21490.001987/2025-41

**SEI nº:** 50247404